



Dia a Dia

34

ANO I
13 DE SETEMBRO DE 1991

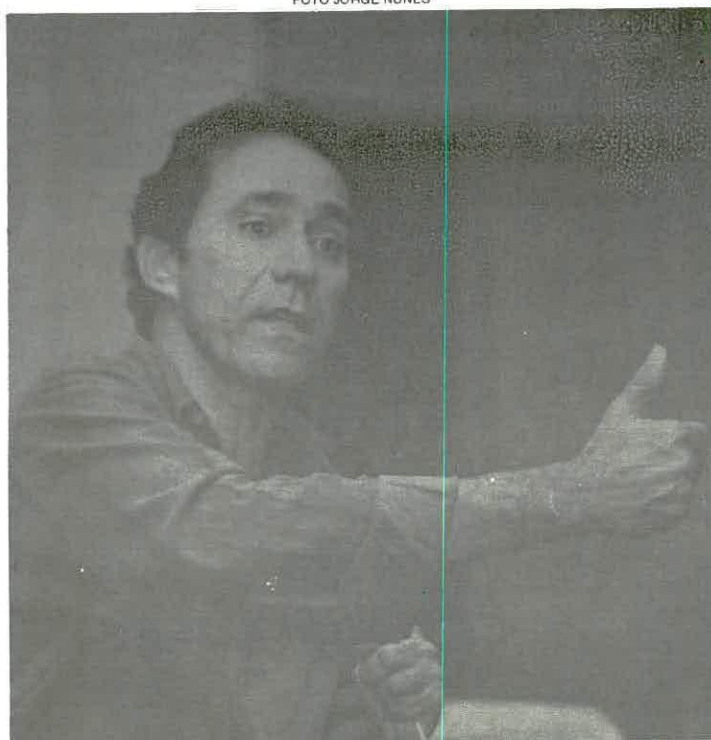
Sindicato Nacional dos Aeronautas filiado à **CUT**

CONVENÇÃO COLETIVA

Categoria se prepara para recuperar atraso

FOTO JORGE NUNES

Já circula entre os aeronautas uma pesquisa para reunir sugestões para elaboração da pauta de reivindicações a ser entregue aos empresários para renovação da Convenção Coletiva. Segundo Lavorato, presidente do SNA, ainda no mês de setembro a categoria realizará as assembleias nas associações, onde aprofundará a discussão em torno da pauta, e já em outubro ela estará com as empresas. Ele também lembra que a elaboração da pauta é independente das reivindicações do documento que está no Tribunal Superior do Trabalho, TST, aguardando julgamento. O presidente do Sindicato também destaca que em setembro, será eleita a Comissão organizadora da campanha que negociará com o Sindicato das Empresas. Leia na página. 2 - Dissídio no TST.



Lavorato é presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas

ANOTE NA AGENDA

ASSEMBLÉIAS

25 a 26 de setembro

01 e 02 de outubro

LOCAL

Sede do SNA-Rio
e em todas as
Representações
Regionais

ASSUNTO

Pauta da Convenção
Coletiva da Aviação
Regular, Táxi Aéreo
e Aviação Regional.

HORÁRIO

15 horas

ASSEMBLÉIA DIA 18

Comissários da Vasp podem parar serviço de bordo

Se a Vasp não rever a tabela salarial de seus comissários - que em muitos casos chega a ser a metade do que paga a concorrência - o serviço de bordo poderá ser suspenso. Esta decisão vai ser discutida na assembleia que o SNA realiza nesta quarta-feira, dia 18, às 14hs, simultaneamente no Rio e em São Paulo. Os comissários já estão em operação-padrão desde o último dia 10.

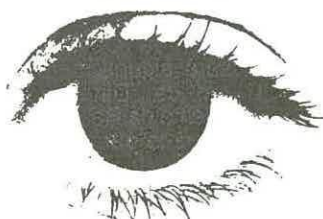
A decisão de entrar em operação-padrão foi tomada em assembleia conjunta com o SNA e a ACV, no último dia 09, quando os comissários resolveram pedir desligamento da instrução eventual; não aceitar qualquer tipo de solicitação feita pela escala, a exceção de convocações devidamente compatíveis com a regulamentação; e distribuir um manifesto

aos usuários da Vasp, nos aeroportos, denunciando irregularidades na empresa.

A mobilização dos comissários começou a render frutos já a partir da assembleia do dia 9. No dia seguinte, feito um contato com o vice-presidente da Vasp, César Canhedo, quando foi marcado uma reunião para a quarta-feira, 11, com a diretoria de recursos humanos e a ACV. As reivindicações foram mais uma vez apresentadas e a diretoria da Vasp ficou de apresentar uma contra-proposta nesta sexta, 13. Até o fechamento desta edição ainda não havia qualquer resposta. A assembleia do dia 18 decidirá a continuação da operação padrão, além da possibilidade da suspensão do serviço de bordo (a exceção para crianças, idosos e deficientes).

Comissão ainda recebe pesquisas

**Desperte
o Profissional
que Existe
em Você.**



**Cumpra a
Regulamentação
e Responda a
Pesquisa para
Aperfeiçoá-la.**

O Sindicato Nacional dos Aeronautas, SNA, continua recolhendo às pesquisas sobre a Regulamentação Profissional. Enquanto isso, a Comissão instituída para elaborar o calendário de discussão sobre as mudanças e o ante-projeto a ser encaminhado ao Congresso Nacional, está fazendo a tabulação parcial dos questionários. Segundo o Cmte. Collares - diretor do sindicato e coordenador da comissão - é fundamental que os aeronautas continuem respondendo os questionários. Ele pode ser encontrado na sede do sindicato no Rio, representações regionais no país, nas associações e já foi enviado pelo correio para casa de todos os associados.

Dissídio no TST

FOTO JOSÉ ALENCAR DE CASTRO

* por José Caetano
Lavorato Alves

A pauta da Convenção Coletiva que está em dissídio no TST, contém 148 itens contando inclusive com os de formalização, como por exemplo o que estabelece o prazo de vigência.

Destes, 73 são cláusulas de manutenção de direitos já estabelecidos com as lutas anteriores dos aeronautas, mas que necessitam ser renovados, ou perderemos conquistas preciosas a nossa vida profissional. As outras (75 itens) são cláusulas de novas reivindicações.

É importante notar que o acúmulo de cláusulas já estabelecidas, que compõem a nossa Convenção Coletiva, abrange desde itens de reajustes salariais, diárias e portanto itens de garantia econômica, como também itens que definem e aprimoram condições de trabalho, alguns que determinando estabilidade provisória em casos específicos e outros que dizem respeito à organização sindical e ainda aqueles que procuram garantir condições gerais para carreira profissional.

Como a Convenção Coletiva é o nosso principal instrumento de garantia e de consolidação de nossa unidade, aprendemos durante estes anos que deve ser o mais abrangente possível.

REGULAMENTAÇÃO

Transbrasil faz operação ilegal

A direção da Transbrasil parece que não se emenda. Apesar das denúncias do SNA (leia Dia-a-Dia passados) de que a empresa está desrespeitando nossa Regulamentação Profissional, nada mudou por lá. A Transbrasil continua com sua prática mesquinha de economizar em cima dos aeronautas agenciando mão-de-obra de pilotos, mecânicos de voo e aeroviários para a Aero Brasil Carga. A diretoria do SNA já enviou e reiterou ofícios ao Departamento de Aviação Civil - DAC - denunciando a irregularidade mas, até o fechamento desta edição, o Departamento não havia se pronunciado. Os ofícios enviados ao DAC são datados de junho e julho de 91.



Flagrante da audiência no TST em 5 de dezembro de 90

Assim aprimoramos para evitar o acúmulo de itens de interesse específico sem entretanto eliminar completamente.

Embora alguns companheiros ainda critiquem nossa pauta, que sem dúvida pode ser bastante melhorada; é bom saber que ela tem hoje apenas três itens exclusivos para mecânicos de voo, um para comissários, dois para pilotos e três para as mulheres; os outros 139 itens são do interesse de todos aeronautas, independente do sexo ou função a bordo. Itens muito criticados no passado, como camisa de manga curta, a não proibição do uso de bigode, há alguns anos não constam mais da pauta, embora existam outros que procuram garantias quanto ao cerceamento da liberdade de apresentação pessoal, resguardando o direito da empresa estabelecer o seu uniforme, mas de-

fendendo o conforto e a segurança necessários para o profissional durante o exercício da atividade.

Alguns destes itens causaram muita polêmica, a tal ponto de serem até usados como um dos motivos da necessidade de dividir o sindicato. Pasmem!

Mas foram colocados numa fase de aprendizagem, já superada por uma visão e abordagem mais moderna.

Genericamente, esta é a forma e o caráter da pauta que está em dissídio no TST para ser julgada, prevalecendo para o período de dezembro de 1990 a novembro de 1991, após o julgamento do STF sobre a representatividade.

E a pauta para negociação da Convenção Coletiva deste ano?

* É presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas



Comissários definem pauta para Comitê da Presidência

A Associação de Comissários da Transbrasil já começou a elaborar a pauta de reivindicações da categoria que deverá ser entregue ao Comitê da Presidência da Empresa no início de outubro. Conforme as decisões tiradas nas assembleias realizadas nos dias 10 e 11 passados, no Rio e São Paulo respectivamente, a pauta terá como eixo prioritário o nivelamento do salário base de todos os comissários.

Respalhada juridicamente em consultas aos Drs. Haddock Lobo e Maria Arlinda, advogados do SNA, a ACT, em conjunto com os presentes nas duas assembleias, decidiu propor uma ação de Violação de Direitos, caso a empresa não atenda as reivindicações. Esta posição será debatida também, na Assembleia que ocorrerá em Brasília, no próximo dia 24, às 14 horas, na sub-sede do SNA.

Entenda expressões usadas na Convenção Coletiva

DATA-BASE - Data de referência para que cada categoria faça a renovação dos acordos e Convenções Coletivas. É válida também para os Dissídios Coletivos. Exemplo - Aeroviários e Aeronautas (1º dezembro); Bancários (1º setembro).

PAUTA DE NEGOCIAÇÃO - Relação das reivindicações encaminhadas ao patronato para serem negociadas. Para organizar a pauta de negociação, geralmente os Sindicatos fazem levantamento junto aos trabalhadores para identificar suas reivindicações, sendo a pauta aprovada em assembleia. Atualmente, alguns sindicatos patronais também tem apresentado sua pauta aos Sindicatos dos Trabalhadores.

NEGOCIAÇÃO COLETIVA - É o encontro entre patrões e empregados visando o entendimento sobre as condições de trabalho e salariais. Como resultado da negociação pode se ter uma Convenção Coletiva de Trabalho ou um Acordo Coletivo de Trabalho. Normalmente a negociação é feita por legitimos representantes das partes envolvidas: O Sindicato dos Patrões e o Sindicato dos Trabalhadores.

A negociação é coletiva pois não visa resultados individuais. Ao contrário, seu objetivo é beneficiar o conjunto da categoria ou grupo de trabalhadores.

DISSÍDIO COLETIVO - Quando a negociação Coletiva fracassa, não resultando em entendimento entre os Sindicatos, o acordo fica inviabilizado podendo uma das partes, a partir de então, recorrer à justiça do trabalho, iniciando o processo do Dissídio Coletivo de Trabalho. A Justiça do Trabalho deve tentar uma conciliação entre as partes, em busca do acordo, e caso esse continue inviabilizado, caberá a ela julgar o pleito dos trabalhadores frente as contra propostas dos patrões.

ANTECIPAÇÃO SALARIAL - É um reajuste de salário para reparar perdas salariais, ou seja, é um reajuste que está sendo feito antecipadamente "por conta" de um futuro direito do trabalhador. Por exemplo, antecipação da parte do reajuste que a categoria terá direito na data-base. Uma característica da antecipação é que ela é compensável. Outra característica, é que ela incorpora-se ao salário base, devendo ser considerada no cálculo da hora extra, adicionais, 13º salário, férias, FGTS, IAPAS, etc.

ABONO SALARIAL - É uma suplementação dos rendimentos do trabalhador antes da correção do salário. O abono difere da antecipação pois não é incorporado ao salário base e desaparece após o término de sua vigência. Por não ser incorporado ao salário base não incide no cálculo da hora-extra, férias, 13º salário, adicionais, etc..

VARIG

Reestruturação salarial dos pilotos é polêmica

Para o comandante Tito Walker, a reestruturação proposta não repõe sequer as perdas inflacionárias acumuladas durante os últimos anos. Na verdade, ela teve como objetivo precípuo uma meta perseguida a muito tempo, de implodir a lista de senioridade. Considero bom o critério do merecimento mas, a senioridade tem que ser respeitada.



FOTO JAIME SILVA

Cmte. Tito Walker

Considero a tabela um grande retrocesso porque a hierarquização proposta, os salários serão nivelados por baixo e praticamente equiparados. Com isso, a Varig poderá contratar aeronautas para trabalharem em qualquer equipamento. A reestruturação carece de substância, e é um grande engodo.

Para o Cmte. Fábio Goldenstein vários aspectos devem ser considerados nesta reestruturação apresentada pela empresa. De fato, ocorreu um aumento no salário deste mês, com relação ao do mês passado. Porém, existem também, alguns pontos negativos.

Considero mais grave, em primeiro lugar, a forma como a reestruturação foi feita, no sentido de "coisa dada" e não discutida com o grupo como um todo, não atendendo, portanto, aos anseios da categoria, beneficiando alguns segmentos em detrimento de outros.



FOTO JORGE NUNES

Cmte. Fábio Goldenstein

O aumento é real mas, existe uma cortina de fumaça envolvendo o processo. A APVAR diz que não negociou nada e que está preocupada com a questão da senioridade; a empresa diz que negociou e que garante a senioridade no futuro. Mas, o diretor de operações fez questão de afirmar que "os pilotos são movidos a três S - sexo, salário e senioridade".

nova de "negociação" que foge a todo processo já estabelecido num passado recente. O que me preocupa agora é saber quais serão os critérios a serem adotados pela administração da Varig para criar um quadro de acesso dos pilotos aos equipamentos.

Enfim, é uma forma

Dia-a-Dia

O cotidiano do aeronauta

Como sugere o seu nome, o boletim semanal do Sindicato Nacional dos Aeronautas foi criado para informar a categoria sobre o seu próprio dia-a-dia. Denúncias sobre o desrespeito das empresas à Regulamentação Profissional e más condições de trabalho; divulgação de campanhas; informes sobre conquistas; artigos e discussões têm chegado às mãos do aeronauta através destas páginas, semanalmente, com um único objetivo: mobilizar a categoria, em busca de uma dignidade profissional que historicamente as empresas insistem em rechaçar.

Chegamos à edição nº 34 do Dia-a-Dia, que desde o início do plebiscito passou de duas para quatro páginas. Os resultados têm sido bastante satisfatórios. Um bom termômetro é o direito de resposta que as empresas têm exigido com frequência: se querem assim, é porque a

carapuça serviu. A intenção da diretoria é intensificar ainda mais este instrumento e isso depende exclusivamente do aeronauta, o único responsável por estas informações.

O Departamento de Imprensa do SNA, responsável pelo boletim, recebe informações de segunda à quinta-feira, das 10h às 19h, pessoalmente ou pelo telefone do sindicato (021.532-1163, ramal 217). O boletim fecha quinta-feira, às 12hs, e circula a partir de 6ª feira. Quando for necessário, a fonte é resguardada para evitar qualquer tipo de retaliação por parte das empresas. Qualquer informação pode ser enviada às Representações Regionais do SNA, que repassarão o material para a Imprensa. Com a participação da categoria - informando e sendo informada - o Dia-a-Dia ganhará mais força. E os frutos serão colhidos por todos.

Fusão de Equipamento

Cresce o debate entre os comissários

A Associação dos Comissários da Varig, Acvar, está convocando uma reunião geral para o próximo dia 20 de setembro, às 13h00, no Auditório do Centro Cultural do Brasil, na Av. Presidente Wilson, 231 - 1º andar, Rio de Janeiro, com a finalidade de sistematizar uma contraproposta sobre a fusão de equipamentos, a ser apresentada a Varig pela Comissão de Estudo de Quadro de Carreira.

A possibilidade de fusão de equipamentos em dois grupos - 747/DC-10/MD-11 e 767/737 - foi anunciada pelo diretor de Serviço de Bordo, Edacir Tombini, em reuniões no Rio e em São Paulo nos dias 21 e 22 de agosto, respectivamente. Por se tratar de assunto extremamente polêmico, a diretoria da Associação destaca que é fundamental a participação maciça do grupo e conclama a todos a comparecerem na reunião do próximo dia 20 de setembro.

Entrevista / ROBERTO DANTAS

Aeroviários defendem campanha unitária com aeronautas

O Sindicato Nacional dos Aeroviários já está se mobilizando para discutir a Convenção Coletiva da categoria e quer repetir a experiência de 87, quando obteve um dos melhores resultados de sua história. Naquele ano, os aeroviários e aeronautas se uniram e comprovaram o ditado "a união faz a força". Em entrevista ao **Dia-a-Dia**, o presidente do Sindicato Nacional dos Aeroviários, Roberto Dantas, revela que a idéia é unificar as campanhas e tem a fórmula pronta. "Queremos negociar juntos, mas as empresas jamais aceitaram essa rei-vindicação. Tivemos resultados excelentes, em 87, ao adotarmos essa prática", diz ele. Os aeroviários já deram a partida para sua Convenção, com assembleias convocadas em todo o país. Além das perdas salariais, querem discutir condições de trabalho, principalmente em relação à escala de serviço. "A produtividade nas empresas está crescendo, fruto do nosso trabalho. Vamos discutir isso", garante.

Dia-a-Dia: O Sindicato já começou a tocar sua campanha salarial?

Roberto Dantas: Já temos pronto um programa de assembleias. A primeira reunião acontecerá em todos os estados, no dia 19 próximo, para formulação das pautas. Depois, no dia 26, a gente faz uma assembleia para aprovar uma pauta única. No início de outubro (7, 8 e 9) nos reuniremos no Instituto Cajamar, em São Paulo, quando formalizaremos o Comando Único dos aeroviários, com os Sindicatos do Rio Grande do Sul, Pernambuco e São Paulo. Finalmente, em 14 de outubro, entregamos a pauta dos aeroviários para o Sindicato patronal.

Dia-a-Dia: Quais são as principais reivindicações da categoria?

Roberto Dantas: A questão sala-

rial é a principal. As empresas estão com uma política de reajustes mês a mês, mas queremos discutir nossas perdas salariais. Não podemos ariscar uma previsão das perdas agora porque precisamos contabilizar a inflação de setembro e outubro e do jeito que está, com esse processo inflacionário a todo vapor, é melhor esperar.

Dia-a-Dia: E em relação às condições de trabalho?

Roberto Dantas: A escala é um ponto que a gente vai discutir muito.

A produtividade tem crescido muito, consequência da super produção do pessoal. E a escala regula isto. Vamos rediscutir as escalas, folgas, etc...

Dia-a-Dia: Como está a mobilização dos aeroviários?

Roberto Dantas: Por enquanto a mobilização é pequena e se restringe aos militantes. Mas depois, como sempre, esse quadro muda. Quando entregarmos a pauta para os patrões faremos assembleias para discutir a campanha. Sabemos

FOTO JAIME SILVA



Roberto Dantas é presidente do Sindicato Nacional dos Aeroviários

que o TST não é uma alternativa para nós porque os trabalhadores têm perdido sempre por lá. Queremos esgotar as discussões antes de ir para o TST e isso dependerá da categoria. Os pontos como escala e salários vão mobilizar os aeroviários.

Dia-a-Dia: Os aeronautas também têm data-base em dezembro e os patrões são os mesmos...

Roberto Dantas: A perspectiva é consolidar nossa pauta e esperar a pauta de reivindicações dos aeronautas para trabalharmos em conjunto. Queremos uma campanha conjunta de fato, tanto do ponto de vista organizativo como no comando.

Dia-a-Dia: Como concretizar essa Campanha Única?

Roberto Dantas: A mais concreta é sentar e negociar juntos com o Sindicato patronal. Em 87 fizemos campanha conjunta e chegamos melhor Convenção Coletiva, tanto para nós como para os aeronautas.

Dia-a-Dia: Quais são as perspectivas do Sindicato Nacional dos Aeroviários em relação a essa campanha?

Roberto Dantas: O quadro é difícil porque estamos em plena recessão econômica. Ao mesmo tempo, nossa área terá um ano atípico em 92, com a realização da Conferência da ONU. Trabalharemos muito mais e acho que temos de discutir algo neste sentido. Para a gente, este é um ponto positivo.

Dia-a-Dia: O Sindicato está em processo eleitoral. Isto atrapalha a Convenção Coletiva?

Roberto Dantas: Não, porque no Congresso que realizamos no começo de setembro tirou-se a chapa única. Com uma chapa de consenso, não perdemos tempo com discussões e isso não atrapalhará a campanha. Estamos unidos.

VIDA MAIS CARA

Regras dos aluguéis ainda podem ser modificadas

As novas regras para os aluguéis de imóveis residenciais, segundo as previsões mais otimistas, devem entrar em vigor somente em dezembro deste ano. Porém, é bom os locatários irem se preparando porque outras mudanças, está prevista a volta da "denúncia vazia", que desde 1979 estava valendo apenas para aluguel de imóveis não residenciais e novos adquirentes.

Até se tornar lei, o Projeto, já analisado pelo Senado, tem um longo caminho a percorrer.

Primeiro ele vai a votação no plenário da Câmara, depois passará alguns momentos na "Casa da Dinda" onde o Presidente da República deverá sancioná-lo para, em seguida, ser publicado no Diário Oficial da União e, após 60 dias, passar a vigorar como lei.

Entre as principais mudanças estão os prazos para desocupação dos imóveis alugados, que variam de acordo com os contratos já vigentes e os que serão assinados depois da lei.

Pelo Projeto, para os contratos já em vigor com prazo indeterminado, a desocupação deve ocorrer 12 meses após a vigência da lei. Caso o prazo contratual ainda não tenha vencido, os 12 meses serão contados a partir do vencimento. Se houver revisão judicial ou acordo amigável há menos de 12 meses da vigência da lei, a desocupação deve ocorrer 24 meses após a data de revisão ou acordo.

Para as locações novas existem duas possibilidades. Os

contratos com 30 meses ou mais, assinados após a vigência da lei, terão prazo de desocupação de seis meses, a partir da citação do juiz, caso o inquilino concorde em sair do imóvel. Se ele não concordar, será expedido mandado de despejo. E, para os contratos novos com menos de 30 meses, valem as regras da lei antiga. É bom lembrar que como tudo isso ainda será analisado na Câmara e pelo Presidente da República, estes prazos poderão ser alterados.